



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO TREZE

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de Mil Novecentos e Noventa e Seis, pelas vinte e uma horas, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão do Centro Social de Sameiro, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Aprovação do Regulamento Municipal para Liquidação e Cobrança de Taxas pelo Licenciamento de Obras Particulares e Ocupação de Edificações Urbanas;**
- **Dois - Programa Realojamento - Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho;**
- **Três - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Município.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados desta Assembleia, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Albino Massano Leitão e José Manuel Novo de Matos, que previamente justificaram as faltas.

O Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia iniciou a Sessão, cumprimentando os presentes e congratulando-se pelo facto de esta sessão da Assembleia se realizar na Freguesia de Sameiro.

No Período de **Antes da Ordem do Dia**, inscreveram-se os Munícipes José da Graça, Joaquim Sabugueiro, José Martins Sabugueiro, José António Abrantes Massano Monteiro, António Manuel Martins Batista.

O Senhor Munícipe José da Graça solicitou que fosse construído um pontão sobre o Rio Zêzere, de forma a permitir o acesso aos terrenos da outra margem durante todo o ano.

O Senhores Munícipes Joaquim Sabugueiro e José Martins Sabugueiro perguntaram sobre se tinha ou não havido apoios concedidos para cobrir os prejuízos causados pelas cheias de Outubro de 1993 e sobre o arranjo das levadas. Pelo Senhor Presidente da Câmara foi respondido que além da pequena ajuda que a Câmara deu na altura, nada foi feito porque o Governo não concedeu qualquer apoio para esse fim. O Senhor Munícipe José António Abrantes Massano Monteiro levantou as seguintes questões:

Para quando uma sessão semanal de cinema? Qual o valor orçamentado para ser gasto pelo Pelouro da Cultura? Movimento de terras na Fabrica das Águas seguidamente depositadas junto ao Rio? Passagem de património dos Serviços Florestais para o Parque Natural, acontecendo que acaba por não haver aproveitamento deste património nem por uma nem por outra Instituição?

O Senhor Munícipe António Manuel Martins Batista solicitou que fosse dada resposta concreta às seguintes questões:

Mostra de Actividades: quais os indicadores de avaliação, volume de vendas, critérios de atribuição de espaços, expositores convidados e não convidados, vantagens e desvantagens?

Estrada Nacional 232, qual o ponto da situação? Vai ou não haver estrada? Se não vai haver digam claramente à população que não há e peça-se à população para fazer pressão directa junto do Governo Central, em grupo ou individualmente.

Programa da T.S.F.? Porque razão não houve patrocínio da Câmara de Manteigas?

Programa PRID, qual a situação?

Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Manteigas, existe? Quais as linhas mestras?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor José Lucas Botelho pediu para intervir, tendo colocado o problema do caminho de acesso ao prédio que possui junto ao Ribeiro do Urso.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos Senhores Múncipes que em relação às levadas, se encontravam abertos os concursos para as Levadas e Açudes Nova e das Coanheiras. Ainda a propósito das cheias, a Beira não tem sabido aproveitar. O Alentejo recebe, o Algarve recebe, toda a gente recebe. As Beiras ficam sempre a ver o dinheiro passar.

Quanto às verbas orçamentadas para a Cultura, é só pegar no orçamento e ver. A projecção de cinema não está esquecida e está-se a tentar financiamento para aquisição de um projector novo. Sobre o Rio e o movimento de terras, não tem conhecimento de nada, no entanto vai verificar. O mesmo acontece em relação às casas florestais, embora não tenha informação nesse sentido, irá verificar o que se passa.

Sobre a Mostra de Actividades, remeteu os esclarecimentos para o Senhor Deputado Luís Melo que esteve à frente da Comissão Organizadora.

A Estrada Nacional 232 fez um pequeno balanço do que até agora se passara. Leu seguidamente um ofício recebido nesse dia da Direcção de Estradas de Coimbra.

Sobre a T.S.F., a Região de Turismo que contratou com a estação de rádio a emissão do programa, não deu conhecimento à Câmara de quanto seria a sua parte no pagamento. A T.S.F. tentou vender à Câmara a publicidade por um preço considerado exagerado.

Quanto ao PRID, houve projectos aprovados mas não sabe qual a situação neste momento.

Quanto ao Plano Estratégico, existe o PDM que será o definidor da estratégia a seguir durante 10 anos. No entanto, sabe-se da insuficiência deste. Na passada semana foram postas estas questões ao Senhor Ministro da Economia. A ADRUSE vai elaborar um Plano Estratégico para esta zona, no global e para cada um dos municípios que a integram, especificamente.

O Senhor Deputado Luis Melo respondeu acerca da Mostra de Actividades, dizendo que embora não tenha sido feita uma avaliação exaustiva da Mostra, considera-se que o balanço é muito positivo, tendo em consideração as opiniões dos visitantes e o grande interesse manifestado pelos expositores em continuar a ser feita a Mostra anualmente. Quanto aos indicadores apontados não há dados concretos, no entanto, empiricamente, pode-se dizer que foi um sucesso. A distribuição de espaços foi feita com o acordo dos expositores. A Mostra não tem regulamento.

O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu que ainda não obteve resposta à carta enviada à Câmara sobre a IIª Mostra e que renova pedido em relação à IIIª Mostra. Mostrou-se disponível para colaborar.

O Senhor Presidente da Mesa abriu um período excepcional de inscrições para o público, devido ao facto da Assembleia se realizar em Sameiro, apesar do tempo a ele destinado já ter sido largamente ultrapassado.

Pediu para intervir o Senhor município José Manuel Pombo Batista, questionado o Senhor Presidente da Câmara acerca do ofício lido anteriormente, dizendo que tinha conhecimento de uma posição oficial mais recente.

O Senhor Deputado Luis Melo fez um ponto de ordem à Mesa, pedindo que seja feito um inquérito aos Serviços Administrativos da Câmara Municipal porque as informações cheguem primeiro ao conhecimento publico do que à secretária do Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente pôs à consideração a acta da Sessão anterior, e, após terem sido efectuadas as rectificações achadas necessárias pelos Senhores Deputados, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por quinze votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado José Quaresma Domingos, devido a ter estado ausente na sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida, tendo-a posto à disposição dos Senhores Deputados.

Feito um pequeno intervalo, o Senhor Deputado Luis Melo apresentou formalmente o pedido de inquérito, tendo o Senhor Deputado Manuel Domingos referido que embora não tenha nada contra o inquérito, acha que o munícipe não teve intenção de afirmar que havia informações mais recentes, mas sim apresentar uma hipótese.

O Senhor Deputado Carlos Viegas disse que irá votar favoravelmente, embora tenha a mesma opinião sobre a intervenção, que o Senhor Deputado Manuel Domingos.

O Senhor Presidente pôs à votação a proposta de inquérito tendo sido aprovado por catorze votos a favor e duas abstenções.

Passou-se seguidamente à **ordem do dia**, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o **primeiro ponto** que constava:

Um - Aprovação do Regulamento Municipal para Liquidação e Cobrança de Taxas pelo Licenciamento de Obras Particulares e Ocupação de Edificações Urbanas;

O Senhor Presidente deu a conhecer que o Regulamento tinha sido submetido a discussão pública, não tendo havido qualquer reclamação.

Apresentadas algumas pequenas dúvidas pelos Senhores Deputados Luis Melo, Albino Cardoso e José Paulo Fraga, foram respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara.

Foi posta à votação a proposta apresentada, tendo sido aprovado por unanimidade.

Esta proposta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

Dois - Programa Realojamento - Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho;

Foi presente o ofício nº 126/DPHM, do Instituto Nacional de Habitação em que é comunicada à Câmara Municipal a minuta de acordo de colaboração entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Município de Manteigas para a construção de habitação a custos controlados celebrado ao abrigo das disposições do Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho, e com recurso às seguintes fontes de financiamento:

a) IGAPHE - que comparticipará a fundo perdido 50% do custo da construção, nos termos e condições e fixar em contrato de comparticipação a celebrar com o Município, logo que se verifique para o efeito a necessária disponibilidade financeira.

b) INH - que através de uma das Instituições de Crédito, financiará os restantes 50% do custo da construção, nos termos e condições a definir em contrato a celebrar com o Município, ao abrigo do preceituado no Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril.

O programa envolve um investimento estimado em 134.200 contos, cabendo ao INH, por recurso à participação de outras instituições de crédito, financiar 67.100 contos e ao IGAPHE 67.100 contos. Prevê-se que o investimento seja executado durante os anos de 1996, 1997 e 1998.

Esclarecidos, novamente, os termos do pedido de autorização da Câmara, e de que a aprovação deveria ser feita em minuta, procedeu-se à votação que foi aprovada, por unanimidade a autorização da contratação do empréstimo atrás referido, destinado ao financiamento de construção de vinte e dois fogos de habitação no Concelho de Manteigas, de conformidade com os termos da minuta de acordo já referenciada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Três - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Município.

Foi entregue na Mesa por alguns Senhores Deputados, um Manifesto de Protesto sobre os acontecimentos ocorridos em Santo Tirso, que havia sido distribuído pelo Senhor Município José António Monteiro, e que se encontra em anexo a esta acta.

Depois de intervirem os Senhores Deputados Manuel Domingos, que referiu haver liberdade de voto por parte dos deputados do Partido Socialista embora não subscrevam o Manifesto, do Senhor Deputado Luis Melo em que referiu a dualidade de opiniões sobre assunto idênticos por parte do Partido Socialista na oposição e agora no governo, embora saiba que as ordens de Tribunal devem ser cumpridas, e do Senhor Deputado Carlos Viegas referindo que concorda com o teor do protesto, foi o Manifesto de Protesto posto à votação, tendo sido aprovado por treze votos a favor e três abstenções.

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados António da Graça Soares, Luis Melo, Carlos Viegas, José Quaresma Domingos, José Martins Cleto e José Paulo Fraga.

O Senhor Deputado António da Graça Soares agradeceu em nome da Junta de Freguesia de Sameiro e da população da freguesia o facto da Assembleia se realizar nesta localidade.

O Senhor Deputado Luis Melo alertou o Executivo para o estado lastimoso em que se encontra a Estrada da Lapa. Sugeriu também que fosse visto a hipótese de se fazer uma passagem subnívelada na Enxertada antes de se calçetar a rua, visto estar previsto a transferência do mercado para aquele local.

Solicitou que fosse visto a hipótese de se vedar a Fonte Paulo Luis Martins para evitar que haja problemas com a qualidade da água.

O Senhor Deputado Carlos Viegas agradeceu a disponibilidade mostrada pelo Executivo para fornecer elementos de consulta aos Deputados.

Referiu que os Deputados devem ter um cartão de identificação e que devem ter um seguro de acidentes, tal como o previsto no Estatuto dos Eleitos Locais.

Chamou também a atenção para o limite que se aproxima para a conclusão da Unidade de Engarramento de Água e que ainda não conhece qualquer posição sobre o assunto por parte do IGAT.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos chamou a atenção para pequenos pormenores em obras que se estão a realizar. Referiu que gostaria de receber a Assembleia Municipal na sua Freguesia mas que não dispõe de instalações condignas para o efeito. Referiu ainda que a Câmara dispõe de dois imóveis de qualidade, onde era a antiga Câmara e o antigo quartel da GNR, que poderiam ser melhor aproveitados e onde poderia ser instalada condignamente a Junta de Freguesia a que preside.

O Senhor Deputado José Martins Cleto referiu que concorda com o Senhor Deputado Luis Melo no tocante à Fonte Paulo Luis Martins e Estrada da Lapa e reforça a solicitação já feita anteriormente.

O Senhor Deputado José Paulo Fraga referiu que os autos da Albase e do GAT têm erros de arredondamento e que dos autos verificados por ele, apenas os elaborados pelo Senhor Engenheiro Rebelo, dos Serviços Técnicos da Câmara, não continham qualquer erro.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para fazer pequenas considerações sobre as intervenções feitas anteriormente pelos Senhores Deputados.

Cerca das zero horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.

Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria.

Por lapso não foi transcrita na acta da ultima Assembleia Municipal realizada em 29/12/95, a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Manteigas sobre a sede da Junta de Freguesia de Santa Maria, que a seguir se transcreve:

“Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria.

Atendendo ao facto de a Junta de Freguesia de Santa Maria não dispor de Sede condigna, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de deliberar estabelecer prioridade de financiamento para a referida Freguesia no decurso do actual mandato autárquico.”

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os deputados, que as outras duas Juntas já haviam sido comparticipadas pela D.G.A.A., e que a Junta de Santa Maria ainda não tinha sido comparticipada.

Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade.
